

MEMORIAL DESCRITIVO - SERVIÇOS SEI Nº 25452709/2025 - SED.UIN.AEN

1-Objeto para a contratação:

Contratação de empresa especializada na **requalificação dos passeios (calçadas) e meio-fio** das unidades administradas pela Secretaria de Educação, através do **Sistema de registro de preço (SRP)**.

2-Descrição dos Serviços:

2.1 - GENERALIDADES

Atualmente, os passeios das unidades escolares do Município de Joinville encontram-se em desconformidade com a legislação no que diz respeito à acessibilidade, além disso, muitas apresentam patologias que comprometem a vida útil da estrutura, assim como, o trânsito dos pedestres, em especial os portadores de deficiência e mobilidade reduzida.

A contratação de uma empresa especializada com mão-de-obra qualificada, bem como equipe técnica suficiente trazem viabilidade a esta solução visando o atendimento ao interesse público o mais breve possível. Pois desta forma, caberá a futura contratada a aquisição de insumos, serviços, contratação de mão-de-obra para execução das atividades previstas.

Deste modo, deverá ser realizada a requalificação do calçamento dos passeios das unidades escolares, assim como, a adequação das mesmas em conformidade com a legislação vigente de acessibilidade, através da instalação de piso tátil, correção de rampas de acesso e inclinação do passeio.

2.2 - Quadro Resumido

Item	Quantidade	Unidade de Medida	Código e-Publica / Denominação Serviço
1	9.439,50	m ²	45.575 - Execução de passeio (calçada) ou piso de concreto moldado in loco, usinado, acabamento convencional, espessura de 10cm armado.

2.3 - Da Natureza

A presente contratação é caracterizado como um serviço comum de engenharia.

2.4 - Do Prazo

2.4.1 - A presente contratação será um fornecimento não contínuo, cujo prazo de vigência contratual será de 01 (um) ano, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual;

2.4.2 - A(s) ata(s) de registro de preços poderá(ão) ser(em) prorrogada(s), desde que atendido o previsto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021, vez que a contratação está prevista no Plano Plurianual.

2.4.3 - Em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, as quantidades inicialmente registradas poderão ser renovadas, na sua totalidade, independentemente do quantitativo utilizado no período de vigência, não sendo possível cumular com as quantidades não utilizadas.

2.5 - Do grau de complexidade (engenharia)

Verificado o baixo grau de complexidade técnica que o objeto da contratação do processo em tela exige, assim como prevê a utilização de recursos e técnicas de execução usuais de mercado, dentre outras características, tratam-se de uma contratação de serviços comuns de engenharia.

2.6 - Do regime de execução

A execução do presente Contrato será pelo **regime de execução indireta de empreitada por preço unitário**.

3-Equipe Mínima:

Na composição do quadro técnico a CONTRATADA deverá atender os seguintes itens:

3.1 - Atender ao disposto no **subitem 10.3.2.2.**

3.2 - A CONTRATADA deverá possuir no mínimo um responsável técnico com atribuição para esse tipo de serviço, devidamente registrado no respectivo conselho de classe profissional.

3.3 - O profissional em questão (ou mais se houver corresponsabilidade) será oficialmente o responsável técnico pela execução direta do serviço, fornecendo o documento de responsabilidade técnica de execução pertinente.

3.4 - É obrigatório que o responsável técnico tenha conhecimento do memorial descritivo, especificações técnicas, normas e manuais, não podendo alegar desconhecimento dos mesmos.

3.5 - Além disso, a CONTRATADA deverá manter permanentemente no local de execução uma equipe composta minimamente por:

- 1 (um) encarregado de obra com experiência na execução dos serviços contratados e na condução dos trabalhos;
- 2 (dois) pedreiros de obra com experiência na execução dos serviços contratados;
- 2 (dois) serventes de obra com experiência na execução dos serviços contratados.

3.6 - Todos os assuntos referentes à realização do serviço serão tratados diretamente com o responsável técnico pela execução dos serviços e fiscais de obra, definidos pela CONTRATANTE, para evitar o desencontro de informações e erros na execução.

4-Frequência e Periodicidade da execução dos serviços:

4.1 - Frequência: conforme necessidade da CONTRATANTE;

4.2 - Periodicidade: ao longo da execução da contratação;

4.3 - De segunda à sexta, exceto feriados e pontos facultativos. Excepcionalmente, e de concordância de ambas as partes a execução poderão ocorrer em feriados, pontos facultativos e finais de semana.

4.4 - Horário: preferencialmente, das 8hs às 17hs.

4.4.1 - Excepcionalmente, e de concordância de ambas as partes a execução poderão ocorrer em horários diversos do previsto;

5-Cronograma de execução dos serviços:

5.1 - A execução do serviço deverá respeitar rigorosamente o **Cronograma Físico** a ser entregue pela CONTRATADA na reunião inicial, considerando o cumprimento destes como critério de aferição da produtividade mínima esperada;

5.2 - Na medição do segundo mês, para fins de aferição da produtividade, será considerado o percentual acumulado da execução do início do serviço até a referida medição;

5.3 - O não cumprimento da produtividade prevista ensejará nas sanções previstas no **subitem 10.7.1.**

5.4 - Em caso de alterações contratuais de prazo, as datas marco (datas de entrega) poderão ser reprogramadas conforme novos cronogramas, após a sua análise e aprovação por parte da CONTRATANTE;

5.5 - Outras não conformidades que não previstas sanções específicas serão encaminhadas para apuração em Processo Administrativo que irá avaliar as sanções nos termos da lei, considerando a gravidade do evento.

5.6 - Poderão ser solicitada(s) a **execução de até 3 (três) calçadas simultaneamente.** A equipe de execução deverá ser dimensionada corretamente para atender tal demanda sem prejuízo ao cronograma físico pré definido.

6-Local de execução dos serviços:

6.1 - Os trabalhos serão desenvolvidos dentro dos limites geográficos do Município de Joinville/SC, em unidades administradas pela Secretaria de Educação do Município.

7-Gestor do Contrato:

7.1 - A gestão do contrato será realizada pela Secretaria de Educação, sendo a mesma responsável pela emissão da Ordem de Serviço, fiscalização e controle do contrato.

8-Obrigações da Contratada específicas do objeto:

8.1 - Assumir integral responsabilidade pela boa e eficiente execução do serviço, estando sempre de acordo com o estabelecido nas normas deste memorial e demais documentos técnicos fornecidos;

8.2 - Assumir integral responsabilidade pelos danos decorrentes desta execução, inclusive perante terceiros;

8.3 - Deverá proceder às correções que se tornarem necessárias à perfeita realização do serviço contratado, no prazo máximo de **10 dias úteis**, a contar da data de cada solicitação, executando-o em perfeitas condições e de acordo com a CAF;

8.4 - Executar os serviços de acordo com o estabelecido nos projetos e com as normas, especificações e métodos das especificações técnicas do presente memorial;

8.5 - Adquirir todos os materiais e equipamentos necessários à execução dos serviços;

8.6 - Responder por todas as despesas decorrentes dos serviços que envolvam quaisquer prestadores de serviços públicos, que porventura sejam necessários à execução dos serviços;

8.7 - Toda e qualquer obrigação disposta nas especificações técnicas do presente memorial descritivo;

8.8 - A CONTRATADA deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local, para representá-lo na execução do contrato, nos termos do art. 118 da Lei nº 14.133/21;

8.9 - Elaborar o **Cronograma físico** de execução dos serviços, a ser entregue à CONTRATANTE durante a reunião inicial de orientação, realizada entre as partes;

8.10 - Comunicar a CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade encontrada para o cumprimento do contrato;

8.11 - Apresentar Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), para a emissão da Ordem de Serviço e execução dos serviços;

8.12 - Alertar à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização (CAF) quanto às condições de cumprimento dos prazos estipulados para a execução dos serviços;

8.13 - Contratar pessoal devidamente habilitado para a função a ser exercida para a execução dos serviços, em seu nome, observando rigorosamente todas as prescrições relativas às leis trabalhistas, previdenciárias, assistenciais, securitárias e sindicais, sendo considerada, nesse particular, única empregadora;

8.14 - Obedecer as normas de segurança e medicina do trabalho para esse tipo de atividade, ficando por sua conta o fornecimento, antes do início da execução dos serviços, dos Equipamentos de Proteção Individual e coletiva, caso necessário a seus funcionários;

8.15 - Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato;

8.16 - Transportar, sempre que necessário, as suas expensas, seus funcionários, peças, ferramentas e equipamentos até a local de realização do serviço, além de manter limpos e inalterados os locais onde atuar, deixando livre de restos/entulhos os locais ao final da realização do serviço;

8.17 - Identificar seus funcionários, ou terceiros, responsáveis pela prestação do serviço;

8.18 - Isolar as áreas onde serão realizados os trabalhos, proibindo a entrada e passagem de pessoas não autorizadas;

8.19 - Ainda de acordo com a **Circular CGM.GAB 0024547534**:

8.19.1 - A CONTRATADA fica obrigada ao cumprimento de todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias em relação aos empregados contratados, inclusive no tocante às normas de saúde e segurança do trabalho, sob pena de aplicação das penalidades previstas no contrato administrativo.

8.19.2 - Quando aplicável, a CONTRATADA deverá apresentar, no máximo até o 10º (décimo) dia após o início da prestação dos serviços, sob pena de rescisão unilateral do contrato administrativo:

a) Relação de colaboradores envolvidos diretamente no serviço com as suas respectivas funções, acompanhada das cópias dos contratos de trabalho em CTPS;

b) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO) e Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) vigentes e específicos para as atividades objeto do contrato;

c) Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) de todos os trabalhadores, demonstrando a realização de exame médico admissional, periódico ou demissional, dependendo da situação, conforme exigido pela legislação e previsto no PCMSO, e informando, conforme a função, a aptidão para trabalho em altura e/ou aptidão para trabalho em ambientes confinados, em sendo o caso;

d) Comprovante de realização de treinamento específico para a função, quando exigido pela legislação e previsto no PGR;

e) Todas as Análises Preliminares de Riscos (APR) para todas as atividades objeto do respectivo serviço;

f) Cópias dos recibos de fornecimento dos equipamentos de proteção individual a todos os empregados, quando exigido pela legislação e previsto no PGR e especificados nas APR, com verificação da validade dos certificados de aprovação (CA);

g) Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) e respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) sobre o laudo;

h) Constituição do SESMT e relação dos profissionais designados às atividades de Segurança e Medicina do Trabalho, quando exigível, conforme Norma Regulamentadora nº 04, do Ministério do Trabalho e Emprego;

i) Constituição da CIPA e relação dos profissionais designados, quando exigível, conforme Norma Regulamentadora nº 05, do Ministério do Trabalho e Emprego.

j) Exame admissional;

k) Convenção Coletiva de Trabalho - CCT e Acordo Coletivo de Trabalho - ACT;

l) Guia de Recolhimento de FGTS e Informações à Previdência Social - GFIP;

m) Anotação de responsabilidade técnica do profissional (ART) que acompanhar(á) a execução do serviço. Na hipótese em que a ART seja condição para assinatura da Ordem de Serviço, deverá ser apresentada previamente, nos termos do artigo 176 § 1º, da Instrução Normativa nº 03/2024.

9-Obrigações da Contratante específicas do objeto:

9.1 - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste memorial descritivo;

9.2 - Nomear comissão ou designar servidor para promover a fiscalização nos termos do prescrito no

artigo 117 da Lei 14.133/21;

9.3 - Expedir determinações à CONTRATADA para que corrija eventuais defeitos e problemas constados, bem como os atrasos no cronograma de execução;

9.4 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a serem solicitados pela CONTRATADA;

9.5 - Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com a forma e prazo estabelecidos neste termo;

9.6 - Conferir, vistoriar e aprovar os serviços entregues pela CONTRATADA;

9.7 - Proceder às medições parciais e final para o pagamento ou avaliar as medições e faturas apresentadas pela CONTRATADA.

9.8 - Fiscalizar, efetiva e periodicamente, o cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e de saúde e segurança do trabalho, documentando os respectivos atos de fiscalização.

9.9 - Designar pelo menos 1 (um) fiscal do contrato, com formação ou qualificação que englobe, especificamente, conhecimentos acerca da análise e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de saúde e segurança do trabalho.

9.10 - Documentar, por intermédio do fiscal ou fiscais do contrato, mensalmente e especificamente, todas as ocorrências relacionadas ao cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e de saúde e segurança do trabalho.

9.11 - Instaurar processo administrativo destinado à aplicação das penalidades previstas contratualmente, acaso constatado o inadimplemento ou atraso de qualquer obrigação trabalhista e previdenciária em relação aos empregados contratados, inclusive no tocante às normas de saúde e segurança do trabalho, devendo ainda proceder, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, à comunicação do fato ao Ministério Público do Trabalho e ao Ministério do Trabalho.

10-Condições Gerais (se houver):

10.1 FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

10.1.1 - A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópicos específicos do Estudo Técnico Preliminar (ETP) que compõe o bojo dos documentos do presente processo de Requisição de Compras.

10.1.2 - A contratação encontra amparo na Lei nº 8.993, de 31 de agosto de 2021, que dispõe sobre a revisão do PPA - Plano Plurianual 2022-2025 do Município de Joinville - Processo 21.0.187194-1.

10.2 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

10.2.1 - Conforme Estudo Técnico Preliminar - ETP (que compõe o presente processo de requisição de compras), a **solução como um todo para atendimento do serviço é a contratação de empresa especializada na requalificação dos passeios (calçadas) e meio-fio das unidades, de concreto, através do Sistema de registro de preço (SRP) com o fornecimento de insumos, serviços, e mão-de-obra capacitada. Quanto ao interesse público, nota-se ainda que haverá atendimento aos critérios de acessibilidade e garantia da mobilidade à toda população.**

10.2.2 - Quanto as especificações, prazos e garantias estão no decorrer do presente documento em seus respectivos tópicos.

10.3 - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

10.3.1 - Definições

A CONTRATADA deverá seguir rigorosamente as determinações da legislação vigente, em especial:

- NBR 9050 (2020) - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbano;
- NBR 16537 (2016) - Acessibilidade - Sinalização tátil no piso - Diretrizes para elaboração de projetos e instalação;
- Legislação municipal vigente: Lei Complementar nº 202 de 2006, Decreto nº 13.060 de 2006 e Lei 7335 de 2012;
- Padrão de calçadas - Secretaria do Meio Ambiente (SAMA - Joinville) - **SEI 0022349022**;

10.3.1.1 - Fiscalização

A CONTRATANTE efetuará fiscalização periódica dos serviços, desde o início dos serviços até o seu recebimento definitivo. A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização (CAF) deverá realizar, dentre outras, as seguintes atividades:

- Solucionar , através das providências que se fizerem necessárias, as incoerências, falhas e omissões constatadas nos desenhos, especificações e demais elementos do(s) projeto(s);
- Fornecer detalhes construtivos que achar necessário para a execução do serviço;
- Paralisar qualquer serviço que, a seu critério, não esteja sendo executado em conformidade com a boa técnica construtiva, normas de segurança ou qualquer disposição oficial aplicável ao objeto da contratação;
- Ordenar a substituição de materiais e equipamentos que, a seu critério, sejam considerados defeituosos, inadequados ou inservíveis para a realização do serviço;
- Ordenar que para que seja refeito qualquer trabalho que não obedeça aos elementos de projeto e demais disposições contratuais, correndo por conta da CONTRATADA as despesas decorrentes da correção realizada;
- Aprovar os serviços executados e realizar as respectivas medições.

A presença da CAF durante a execução dos serviços, quaisquer que sejam os atos praticados no desempenho de suas funções, não implica solidariedade ou corresponsabilidade com a CONTRATADA, que responderá única e integralmente pela execução dos serviços, na forma da legislação em vigor.

10.3.1.2 - Mão de Obra

A mão de obra a empregar pela Contratada deverá ser corretamente dimensionada para atender ao Cronograma Físico de Execução dos serviços, além de tecnicamente qualificada e especializada sempre que for necessário. Os turnos de trabalho anormais, em domingos, feriados ou períodos noturnos, deverão ser comunicados por escrito com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, para que a fiscalização acompanhe os serviços nestes períodos. Caso a fiscalização ache necessária à admissão e/ou afastamento de qualquer funcionário para melhorar o desempenho na realização do serviço, a Contratada deverá atender tal solicitação prontamente.

Deverá a contratada manter permanentemente no(s) local(is) de realização do(s) serviço(s) uma equipe mínima composta por:

- 1 (um) encarregado de obra com experiência na execução dos serviços contratados e na condução dos trabalhos;
- 2 (dois) pedreiros de obra com experiência na execução dos serviços contratados;
- 2 (dois) serventes de obra com experiência na execução dos serviços contratados.

10.3.1.3 - Segurança do Trabalho

a) Em todos os itens da execução do serviço, deverão ser fornecidos e instalados os equipamentos de proteção coletiva que se fizerem necessários no decorrer das diversas etapas, de acordo com o previsto na **NR-18 do Ministério do Trabalho**, bem como nos demais dispositivos de segurança;

b) Deverão ser fornecidos pela CONTRATADA, a seus funcionários todos os equipamentos de proteção individual necessários e adequados ao desenvolvimento de cada tarefa nas diversas etapas de execução, conforme previsto na **NR-06 e NR-18 da Portaria nº 3.214 do Ministério do Trabalho**, bem como nos demais dispositivos de segurança e legislação vigentes;

c) É responsabilidade da CONTRATADA a garantia de que todos os colaboradores estejam utilizando os EPI's adequados e de forma correta na execução dos serviços. Caso a CONTRATADA não obedeça à legislação vigente com relação aos padrões e necessidades de higiene e segurança do trabalho, conforme o estabelecido nas NORMAS REGULAMENTADORAS do Ministério do Trabalho, a CONTRATANTE, por meio de CAF, poderá paralisar os serviços até que sejam sanadas as irregularidades. A paralisação nesse caso, não implicará em aumento do prazo estabelecido para a execução dos serviços, não cabendo a CONTRATADA apelação de qualquer tipo para as multas que venham a ocorrer por atrasos decorrentes dessas irregularidades;

10.3.1.4 - Transporte de Materiais

O transporte de materiais e equipamentos referentes à execução do(s) serviço(s) será de responsabilidade da CONTRATADA.

10.3.1.5 - Canteiro de obra

a) A CONTRATADA deverá seguir as determinações das seguintes normas:

- *NBR 12284:1991 - Áreas de vivência em canteiros de obras - Procedimento;*
- *NR-18 - Condições e Meio Ambiente de trabalho na Indústria da Construção.*

b) O canteiro das obras deverá ser delimitado de modo a impedir o ingresso, na área, de pessoas não autorizadas, atendidas as leis, regulamentos e posturas municipais, assegurando, em qualquer hipótese, o livre

trânsito e a integridade física de pedestres e de veículos nas vias públicas e a proteção dos bens de terceiros, estacionados ou localizados nas adjacências do canteiro.

c) O canteiro deve atender normas técnicas e legislação que tratam da gestão de resíduos da construção civil (Resolução CONAMA 307 e suas respectivas alterações pelas Resoluções nº 348/2004 , 431/2011, 448/2012 e 469/2015).

d) A boa prática de limpeza permanente e organização do canteiro de obras propiciam:

- Otimização dos trabalhos;
- Redução das distâncias entre estocagem e emprego de material;
- Redução dos fatores de risco de acidentes.
- Para o bom aproveitamento da área do canteiro, é importante:
- Manter materiais armazenados em locais pré-estabelecidos, demarcados e cobertos, quando necessário;
- Desobstruir as vias de circulação, passagens e escadarias;
- Coletar e remover regularmente entulhos e sobras de material, inclusive das plataformas;
- Utilizar equipamentos mecânicos ou calhas fechadas, para a remoção de entulhos e em diferentes níveis;
- Utilizar capacete, luvas, máscara descartável e calçado de segurança para a remoção de entulhos, sobra de materiais e limpeza do canteiro;
- Evitar poeira excessiva e riscos de acidentes durante a remoção.

10.3.1.6 - Instalação provisória de água e energia elétrica

Será de responsabilidade da CONTRATANTE fornecer as instalações de água e energia elétrica. A CONTRATADA fica responsável em providenciar os equipamentos necessários para a execução do objeto, como por exemplo, mangueiras, extensão, cabos elétricos, etc.

10.3.1.7 - Dimensões da(s) Calçada(s)

As dimensões da calçada seguem conforme alinhamento predial e a calçada existente, quando houver. Na ocorrência de divergências entre as dimensões, a CONTRATADA deverá comunicar à CAF e propor alteração/correção.

Deverão ser observadas as especificações adotadas nos locais de acesso de veículos e demais espaços da calçada, assim como, o tipo de piso tátil a ser implementado no local, atendendo sempre ao disposto na legislação.

10.3.1.8 - Declividade

A calçada deve ter uma superfície bastante áspera ou até mesmo ser provida de largos degraus, para casos em que a rua seja uma ladeira. O dimensionamento dos degraus, e instalação de piso de sinalização, deverá seguir a recomendação da NBR 9050 e NBR 16537, além de detalhamento específico disposto no documento Padrão de Calçadas (0022349022) da SAMA. Em geral, para promover o escoamento da água pluvial, os passeios deverão ter inclinação de 3% no sentido da rua, conforme especificação do croqui/layout de implantação.

Adicionalmente, a CONTRATADA deverá atentar-se às especificações de declividade nas regiões de acesso de veículos, travessias, rebaixos de esquina, dentre outros.

10.3.1.9 - Responsabilidade Técnica

Para a realização do serviço de execução da(s) calçada(s), o responsável técnico deverá estar devidamente registrado junto ao conselho de classe competente (CREA e/ou CAU), apresentar a devida responsabilidade técnica através de ART e/ou RRT.

10.3.2 - SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS

10.3.2.1 - Previamente ao início das atividades a CONTRATADA deverá elaborar apresentar um croqui/layout atendendo ao padrão da SAMA (de execução contendo as devidas dimensões e especificações do passeio), além disso, deverá obter todas as licenças e/ou autorizações para a realização do serviço. Sendo assim, fica a cargo da CONTRATADA os custos abaixo mencionados:

- ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de execução das obras e serviços;

- Transporte de pessoal administrativo e técnico;
- Transporte de materiais e equipamentos;
- Alojamento, estadia e alimentação de pessoal;
- Proteções e demais dispositivos de segurança necessários à execução dos serviços;
- Equipe técnica administrativa;
- Alvarás, licenças e autorizações necessárias para regularizações e aprovações quando houver.

Os serviços de calçamentos deverão ser realizados observando sempre as especificações da SAMA (SEI 0022349022), detalhes, memoriais, assim como, nas normas técnicas ABNT vigentes que referem-se à execução dos serviços. Os eventuais esclarecimentos de execução deverão ser sanados junto à Comissão de Acompanhamento e Fiscalização (CAF) da CONTRATANTE.

10.3.2.2 - Administração Local

A CONTRATADA deverá, conforme Planilha Orçamentária, dispor de Profissional técnico habilitado com registro no Conselho de Classe, Encarregado Geral de obra, para acompanhamento do serviço, que reportará à fiscalização o andamento dos serviços.

10.3.2.3 - Serviços Preliminares

- *NBR 15112:2004 - Resíduos da construção civil e resíduos volumosos - Áreas de transbordo e triagem - Diretrizes para projeto, implantação e operação;*
- *NBR 15114:2004 - Resíduos sólidos da Construção civil - Áreas de reciclagem - Diretrizes para projeto, implantação e operação;*
- *NBR 15113:2004 - Resíduos sólidos da construção civil e resíduos inertes - Aterros - Diretrizes para projeto, implantação e operação;*

A CONTRATANTE fornecerá suas instalações de água e energia elétrica para a execução do serviço, assim como, o acesso dos operários aos sanitários da unidade. Fica a cargo da CONTRATADA o isolamento do local de execução, a carga, descarga e acomodação temporária de materiais em local a ser definido pela CAF em comum acordo com a Direção da unidade escolar.

10.3.2.3.1 - Placa de obra

As placas de identificação deverão ser providenciadas e instaladas pela CONTRATADA conforme as exigências do código de edificação, seguindo o padrão adotado pela Prefeitura Municipal de Joinville nas dimensões de **2,80 x 1,40m** (cada uma) em local a ser definido pela CAF.

As placas deverão ser reutilizadas e previstas em quantidades adequadas conforme **a execução simultânea de 3 (três) calçadas**. As placas permanecerão fixadas até a data de entrega provisória do serviço. Fica a cargo da CONTRATADA a fabricação, montagem e fixação das placas.

10.3.2.3.2 - Mobilização e desmobilização

Fica a cargo da CONTRATADA a mobilização e desmobilização de materiais e do canteiro de obras.

10.3.2.3.3 - Isolamento do local

A CONTRATADA deverá realizar o isolamento da local conforme a locação da mesma, considerando o alinhamento predial existente, delimitações da via e os projetos apresentados. O isolamento deverá ser realizado com **tela plástica laranja em altura de 1,20 m** em estrutura de madeira devidamente fixada. A ocorrência de erro na locação projetada, implicará à CONTRATADA a obrigação de proceder, por sua conta e nos prazos estipulados, as modificações, demolições e reposições que se tornarem necessárias.

Adicionalmente, fica sob a responsabilidade da CONTRATADA a instalação de todo o sistema de sinalização de proteção para pedestres e viário, quando necessário.

10.3.2.3.4 - Remoção e demolição

A equipe de engenharia da Unidade de Infraestrutura da Secretaria de Educação avaliará a integridade das calçadas e indicará a necessidade de demolição conforme o atual estado de conservação. O reaproveitamento de material oriundo da demolição das calçadas não será considerado, com exceção das executadas em blocos intertravados (paver), que deverão ser retirados e depositados em local específico. Os materiais a serem demolidos ou removidos deverão ser previamente umedecidos, para reduzir a formação de poeira no momento do seu transporte.

As calçadas construídas em paver assim como os meios-fios de pedra bruta existentes na via serão retirados para conformação dos novos passeios a serem executados. Tais materiais deverão ser transportados e depositados pela CONTRATADA nas **Unidades Regionais de Obras e/ou Subprefeitura da região**.

Os resíduos oriundos da demolição deverão ser fragmentados com rompedores a ponto de serem colocados manualmente em caçambas e encaminhados para o aterro sanitário licenciado para esse fim. A gestão dos resíduos da construção civil deverá seguir as diretrizes da **Resolução CONAMA N° 307 de 05/07/02 - DOU de 17/07/02** (ou as que vierem a suceder), que estabelece os critérios e procedimentos e ações que visam minimizar impactos ambientais, assim como, demais normas regulamentadoras.

10.3.2.3.5 - Carga e transporte de resíduos

Os resíduos oriundos do serviço de demolição deverão ser imediatamente dispostos em caçambas e transportados para o aterro licenciado para esse fim.

10.3.2.4 - Execução da Calçada

10.3.2.4.1 - Regularização e compactação da base

A superfície de fundação da calçada deve ser devidamente regularizada, apresentando-se lisa e isenta de partículas soltas ou sulcadas e ainda, não deve apresentar solos que contenham substâncias orgânicas e sem quaisquer problemas de infiltrações d'água ou umidade excessiva, tornando-se necessária sua remoção até uma profundidade conveniente (normalmente até 0,40 m) e substituindo-o por um material mais resistente.

A execução da camada de regularização é posterior a retirada do solo orgânico e demais partículas onde será executado o passeio. A CONTRATADA será responsável por providenciar o material (solo de boa qualidade) para o aterro do passeio. Adicionalmente, a compactação deverá ser realizada em camadas de no máximo 20 cm, considerando a umidade ótima do solo, utilizando ferramentas e/ou maquinário específico para essa finalidade sob responsabilidade da CONTRATADA.

Após a compactação, a base da calçada deverá ser realizada sobre uma camada granular de **brita zero** (pedrisco) devidamente nivelada e regularizada com espessura mínima de 5 cm (cinco centímetros), conforme ilustrado na *Figura 1*.

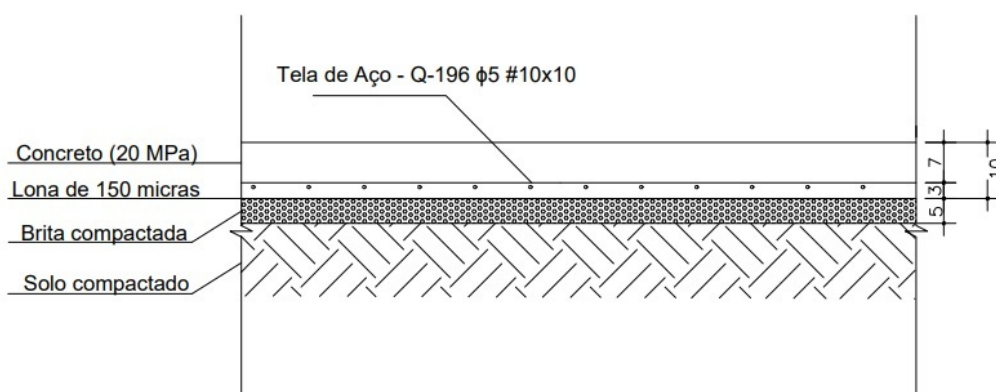


Figura 1. Vista em corte do passeio

10.3.2.4.2 - Corte de asfalto com disco

Para a troca e retirada do meio-fio, assim como, a execução do objeto, a CONTRATADA deverá realizar a escavação e corte do asfalto utilizando cortadora de piso e disco diamantado segmentado com diâmetro de **350 mm**.

10.3.2.4.3 - Execução de passeio

Todo perímetro da calçada deverá ser composto de formas de madeira pinus ou equivalente da região que seja de boa qualidade devidamente estakeada e alinhada, isenta de defeitos, delimitando de forma regular o nivelamento e alinhamento do concreto.

Sobre a brita, deverá ser instalada uma lona de plástico de no mínimo **150 (cento e cinquenta) micras**.

Após a colocação da lona, uma malha **soldada nervurada de 10x10 CA 60** deverá ser aplicada em toda a área da calçada incluindo a instalação de espaçadores a fim de garantir o cobrimento, conforme esquema apresentado na Figura 1.

A calçada será executada em concreto usinado classe **C20** com resistência mínima de $F_{ck} = 20$ MPa.

Desde a sua fabricação bem como todo o seu controle tecnológico deverá ser registrado em atendimento às Normas Técnicas da ABNT. Antes de lançar o concreto, é importante umedecer a base e as ripas em quantidade suficiente para que o material da base não absorva a água do concreto impedindo a alteração do seu fator água/cimento.

A concretagem só deverá ser iniciada, quando houver a garantia de que as formas estejam bem fixadas, livres de qualquer possível movimento, e com as dimensões, prumo e esquadro aferidos. Além disso, a armadura deverá atender ao cobrimento mínimo descrito em norma técnica NBR 6118 e não deverá apresentar indícios de corrosão.

Durante seu lançamento e espalhamento o concreto deverá ser adensado com vibradores e o acabamento da superfície deverá ser desempenada, a fim de manter a aderência.

A cura do concreto deverá estar assegurada pela CONTRATADA, e caso ocorra trincas de retração, a calçada deverá ser refeita. A superfície concretada deverá ser mantida continuamente úmida, sendo irrigada diariamente, recoberta com uma camada de areia ou com sacos de cimentos vazios, molhados várias vezes ao dia. Tal tratamento serve para evitar a incidência direta de raios solares e ser mantido por no mínimo 7 dias.

Todas as caixas de inspeções deverão receber uma gola dilatada da calçada para proporcionar a retirada das tampas sem afetar as calçadas, nos quatro cantos das tampas/golas, as calçadas deverão prever ferragens para combater a trinca nos cantos;

Os passeios deverão ter inclinação mínima de 3% para o escoamento das águas pluviais, além disso, nos casos específicos as inclinações, rampas, desníveis e dimensões das calçadas devem respeitar as normas da ABNT 9050 e 16537.

10.3.2.4.4 - Piso Tátil

Todos os acessos públicos ao edifício deverão receber piso podotátil e sinalização tátil. A sinalização tátil no piso é considerada um recurso complementar para prover segurança, orientação e mobilidade a todas as pessoas, principalmente àquelas com deficiência visual ou surdo-cegueira.

Junto às novas calçadas executadas, deverão ser instalados piso tátil direcional, conforme indicações normativas e presentes no croqui/layout de execução. De acordo com a NBR 16537, nas mudanças de direção formando ângulo entre 150° e 180° , não é necessário sinalizar a mudança com sinalização tátil de alerta, conforme Figura 2.

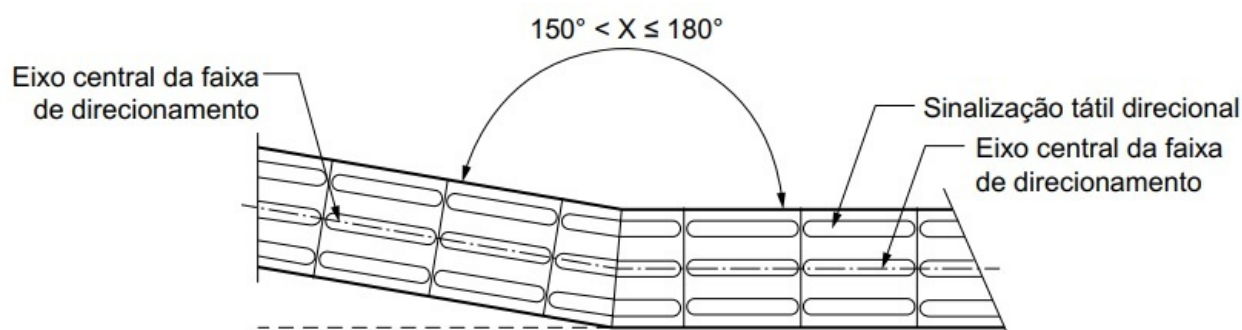


Figura 2. Mudança de direção $150^\circ \leq x \leq 180^\circ$

No entanto, quando houver mudança de direção com ângulo entre 90° e 150° , a sinalização tátil de alerta deverá ser instalada com dimensão equivalente ao dobro da largura da sinalização tátil direcional, conforme ilustrado na Figura 3. Além disso, os pisos táteis de alerta também deverão ser executados em rampas, rebaixos de esquina e pontos de ônibus, seguindo a recomendação das normas NBR 9050 e NBR16537.

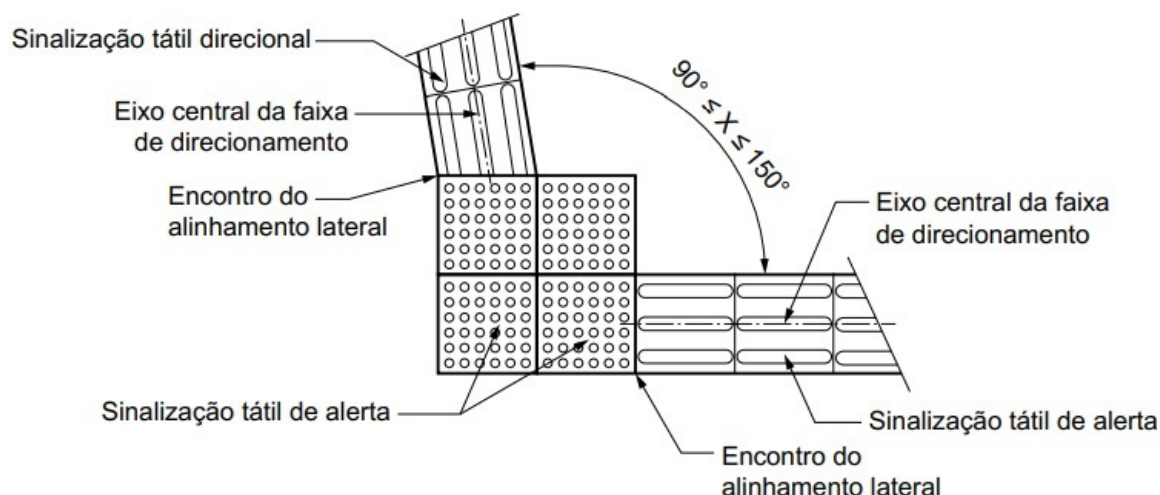


Figura 3. Mudança de direção $90^\circ \leq x \leq 150^\circ$

O piso podotátil a ser utilizado deverá ser fabricado em concreto com espessura de 2,50 a 3 cm e dimensão de 40 x 40 cm, assentados com argamassa sobre o pavimento de concreto.

Seu assentamento deverá estar nivelado com o passeio, não sendo admitido elevações ou degraus nos pisos táteis. Portanto a área destinada ao seu assentamento deverá estar desempenada e isenta de agregados soltos. Quando houver obstáculos ao longo do passeio, a CONTRATADA deverá propor solução de instalação adequada do piso tátil conforme norma técnica já mencionada e com o devido conhecimento da Fiscalização.

10.3.2.4.5 - Meio-fio Pré-moldado de Concreto

Será implantado meio-fio pré-fabricados de concreto ao longo de toda a via e também no alinhamento do terreno, na dimensão de 100,0 cm (comprimento) x 15,0 cm (base inferior) x 12,0 cm (base superior) x 30,0 cm (altura).

Antes de seu assentamento sua base deverá ser nivelada e compactada.

Os meio-fios deverão possuir boa resistência à abrasão e à flexão, conforme especificação técnica, e além disso, isentos de defeitos, trincas, rachaduras, devendo ser substituídas todas as peças danificadas.

A remoção das peças deverá ser feita evitando ao máximo danos ao asfalto existente.

Os danos causados nos pavimentos adjacentes ao passeio deverão ser recuperados, com material igual ou superior ao existente.

10.3.2.4.6 - Corte em Piso de Concreto

A junta de dilatação feita através do corte em piso de concreto permite que a estrutura de concreto se movimente com flexibilidade e de forma independente, sendo um espaço necessário para a expansão e contração do material, impedindo a danificação da superfície e formação de fissuras, por exemplo. O corte deverá ser realizado com equipamento específico e disco diamantado com 350 mm de diâmetro com espaçamento máximo de 2 metros entre eles. Nas calçadas com largura superior a 2 metros, deverão ser previstas juntas longitudinais dispostas no centro do passeio.

10.3.2.4.7 - Bocas de Lobo

As bocas de lobo com tampa sobre o passeio deverão ser niveladas, e as peças danificadas substituídas.

A boca de lobo será do padrão da Prefeitura Municipal de Joinville para passeio, com tampa de concreto e com dimensões de 96,0 cm (largura junto ao meio-fio) x 60,0 cm (profundidade) x 7,0 cm (altura).

Ao final dos serviço de alinhamento do meio-fio, as caixas de boco de lobo devem ser limpas e desobstruídas.

10.3.2.4.8 - Serviços Finais

Durante a execução do serviço e após a conclusão do passeio, a **CONTRATADA deverá manter o local limpo, livre de entulhos e restos de materiais**. Como já mencionado, os resíduos deverão ser dispostos em caçambas e a finalização do serviço deverá ser precedida de varrição em toda a área de passeio.

10.3.3 - Critérios e práticas de sustentabilidade

- **Materiais locais:** Preferir materiais produzidos regionalmente para reduzir a pegada de carbono associada ao transporte.

- **Sinalização inclusiva:** Garantir que as calçadas sejam acessíveis a todos, incluindo pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Implementar sinalização visual e tátil que facilite a circulação de pessoas com deficiência visual.

- Priorizar o uso de equipamentos de baixo consumo energético.

- **Minimização de Resíduos:** Implementar práticas que reduzam a geração de resíduos durante a execução do serviço, como a reutilização de materiais existentes.

- **Vida útil prolongada:** Especificar materiais e técnicas construtivas que aumentem a durabilidade das calçadas e meio-fio, reduzindo a necessidade de reparos frequentes.

- **Manutenção simplificada:** Projetar soluções que facilitem a manutenção futura, como acesso facilitado a infraestruturas enterradas (ex.: redes de drenagem).

- Atender a toda e qualquer legislação ambiental/sustentabilidade que possa incidir sobre o objeto da presente contratação, inclusive quando de sua execução;

- Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir.

10.3.3 - Garantia da contratação

Quanto a garantia de execução contratual, considerando a prerrogativa prevista no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, para o presente caso é desnecessária, uma vez que o objeto da contratação não se trata de serviço de grande vulto ou alta complexidade técnica.

10.3.4 - Subcontratação

- a) Não será admitida a subcontratação do objeto principal.
- b) Será admitida a subcontratação dos serviços acessórios e complementares, conforme descrito em Memorial Descritivo;
- c) Para a subcontratação, além dos demais requisitos técnicos necessários, a CONTRATADA deverá apresentar a comprovação de que a subcontratada possui capacidade técnica para desempenhar a função.
- d) A subcontratação depende de autorização prévia da CONTRATANTE, a quem incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.
- e) Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

10.3.5 - Das sanções

No caso da presente contratação, as sanções administrativas serão as mesmas dispostas na Lei nº 14.133/2021, bem como as eventualmente contidas no futuro Edital (ou documento equivalente) e Termo de Contrato (ou documento equivalente).

10.4 - MODELO DE EXECUÇÃO

Define-se aqui, em linhas gerais, a dinâmica do objeto da presente contratação, conforme segue:

10.4.1 - As condicionantes, procedimentos, detalhes dos serviços a serem prestados, bem como rotinas de execução deverão ser realizadas conforme o previsto nos **itens 2 e 10.3** do presente Memorial Descritivo;

10.4.2 - Prazos e cronograma, conforme o previsto nos **itens 4 e 5** deste Memorial Descritivo;

10.4.3 - Local de prestação dos serviços, de acordo com o previsto no **item 6** do presente Memorial Descritivo;

10.4.4 - Obrigações das partes, de acordo com previsto nos **itens 8 e 9** deste Memorial Descritivo;

10.4.5 - **Da garantia** - A CONTRATADA deverá oferecer garantia pelo prazo da lei civil, ou seja, de, no mínimo, **5 (cinco) anos** no que se refere à qualidade e segurança.

10.4.5.1 - O prazo será contado a partir da data da assinatura de cada Termo de Recebimento Definitivo.

10.5 - MODELO DE GESTÃO

10.5.1 - A gestão será realizada por Comissão de Acompanhamento e Fiscalização conforme previsto na **Instrução Normativa nº 03/2024** da Secretaria de Administração e Planejamento, restando como atores os servidores nomeados para compor a Comissão;

10.5.1.1 - Caberá a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização designada verificar o cumprimento pela CONTRATADA de todas as condições contratuais;

10.5.1.1.1 - Procedimento de verificação do cumprimento da obrigação da CONTRATADA manter todas as condições contratuais:

a) Através de solicitação formal junto à CONTRATADA e posterior conferência da documentação apresentada pela CONTRATADA durante a execução da contratação, se esta mantém todas as condições de habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, das demais disposições contratuais, técnicas e legais prevista no Edital (ou documento equivalente);

b) Realização de verificações *in loco* quando da prestação dos serviços, se de acordo com o previsto no Memorial Descritivo e demais anexos;

c) Solicitação formal e/ou verificações *in loco* de comprovação do cumprimento das demais condições ou documentos exigidos (conforme o caso) na contratação, além dos previstos nos subitens anteriores, quando aplicável.

10.5.2 - A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização ou Comissão de Recebimento, será devidamente nomeada após o recebimento do Ata de Registro de Preços/ Termo de Contrato ou instrumento equivalente;

10.5.3 - Define-se como forma de comunicação com a CONTRATADA a formal, nos termos da **Instrução Normativa nº 03/2024** da Secretaria de Administração e Planejamento;

10.5.4 - Após a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a CONTRATANTE, a seu critério poderá convocar representante da CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, das sanções aplicáveis, dentre outros;

10.5.5 - A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização tomará providências para a formalização de

processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, quando necessário;

10.5.6 - A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

10.6 - CRITÉRIO DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10.6.1 - Critérios de medição

10.6.1.1 - As medições serão mensais

a) A medição se dará através da metragem quadrada da unidade executada, após termino da mesma.

b) Cumprimento do cronograma físico;

c) Atendimento das especificações e demais condições dispostas neste Memorial Descritivo.

10.6.1.2 - O(s) serviços (s) será(ão) recebido(s):

a) **Provisoriamente**, quando a CONTRATADA comunicar a CONTRATANTE que o(s) serviço(s) se encontram em condições de recebimento provisório pela Comissão de Fiscalização e Acompanhamento do Contrato. A partir da comunicação, a CONTRATANTE terá o prazo de **15 (quinze) dias corridos**, contados dessa comunicação, para imitir-se na posse da(s) calçada(s);

b) **Definitivamente**, no prazo máximo de **30 (trinta) dias corridos** contados após o recebimento provisório, a CONTRATANTE realizará o recebimento definitivo, que ocorrerá somente se o serviço executado estiver conforme quantidade solicitada e em conformidade com as especificações do presente **Memorial Descritivo**;

c) Na hipótese de a verificação a que se refere o **subitem 10.6.1.2 "b"** não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

d) O recebimento provisório ou definitivo do(s) serviço(s) não exclui(em) a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do Contrato;

e) Se a CONTRATANTE constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que a serviço realizada não corresponde ao exigido no presente **Memorial Descritivo**, a CONTRATADA deverá providenciar o(s) ajustes(s) na(s) calçada(s) no prazo fixado pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do Contrato, visando ao atendimento total das especificações deste Memorial Descritivo, sem prejuízo da incidência das sanções previstas no Contrato, no Edital, da Lei nº. 14.133/2021 e alterações posteriores e no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº. 8.078/90).

10.6.1.3 - A medição terá como referência o recebimento (provisório/definitivo);

10.6.1.4 - Atendimento das especificações e demais condições dispostas neste Memorial Descritivo;

10.6.1.5 - O prazo para a solução, pela(s) CONTRATADA(S), de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.6.2 - Do pagamento

10.6.2.1 - O pagamento será mensal conforme as medições do(s) serviço (s) prestado (s)/realizado(s) conforme cronograma físico-financeiro estimado, após o recebimento definitivo do atendimento das especificações do Memorial Descritivo e demais condições..

a) O valor será pago por **metro quadrado (m²) da execução dos passeios (calçadas)**.

10.6.2.2 - Verificação se há alguma glosa a ser realizada no pagamento;

10.6.2.3 - Para fins de pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar a comprovação da regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e FGTS, além de outros documentos que comprovem a regularidade da contratada nos termos do art. 92, inc. XVI da Lei nº 14.133/2021.

10.6.2.4 - Emitir documentos fiscais em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234 de 2012, sob pena de não aceitação

10.6.2.5 - O(s) método(s) de avaliação e conformidade do(s) serviço(s), deverá(ão) observar(em) os padrões mínimos de qualidade e desempenho do **itens 2, 3, 4, 5 e 10.3.**

10.7 - PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO

A performance da CONTRATADA na prestação dos serviços será aferida através dos seguintes **padrões mínimos de qualidade/desempenho**.

Os serviços serão realizados em rigorosa observância deste memorial e demais especificações, bem

como, nas normas das concessionárias de serviços públicos e ABNT referentes aos serviços;

10.7.1 - Relatório de Progresso e Desempenho do Cronograma

10.7.1.1 - Mensalmente, em data definida pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização, a CONTRATADA deverá apresentar relatório de progresso das atividades contendo:

- a) **Cronograma físico** de elaboração dos serviços previstos x realizados
- b) Registro de Qualidade, indicando não conformidades verificadas durante o mês, as providências corretivas e revisões dos procedimentos efetuadas;
- c) Interferências e quaisquer inconsistências de execução ou dúvidas que possam prejudicar o bom andamento dos serviços;
- d) Acidentes de trabalho, em caso de ocorrência, e as medidas e providencias tomadas.

10.7.1.2 - Caso o percentual realizado no CRONOGRAMA FÍSICO de elaboração dos serviços previstos x realizados resulte em atraso nos prazos propostos para as entregas, além das sanções usuais previstas na legislação e estabelecidas no Contrato como penalidades por descumprimento de obrigações em relação à presente contratação, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes sanções em caso de atraso na entrega dos serviços, da seguinte forma:

Sem atraso	Atraso superior a 5% do cronograma previsto	Atraso superior a 10% do cronograma previsto	Atraso superior a 20% do cronograma previsto	Atraso superior a 40% do cronograma previsto
0%	2,5% de desconto sobre a medição	5% de desconto sobre a medição	10% de desconto sobre a medição	20% de desconto sobre a medição

10.7.1.3 - As glosas ora indicadas não incidirão na hipótese de solicitação de prorrogação de prazo de entrega dos produtos pela CONTRATADA e aceitos pela Comissão de Acompanhamento e Fiscalização da CONTRATANTE.

10.7.2 - Relatório de Progresso e Desempenho de Qualidade

10.7.2.1 - Se a CONTRATANTE constatar, tanto no recebimento provisório como no definitivo, que os serviços prestados não correspondem ao exigido no presente Memorial Descritivo, ou em quantidade diversa da solicitada, ou que estejam em desconformidade ao proposto, inclusive sem compatibilidade entre os documentos e diretrizes, a CONTRATADA deverá providenciar no prazo estipulado no **subitem 8.3**, a correção ou o refazimento do(s) serviço(s), visando ao atendimento total das especificações e do escopo da contratação proposto na reunião inicial.

10.7.2.2 - Além das sanções usuais previstas na legislação e estabelecidas no Contrato como penalidades por descumprimento de obrigações em relação à presente contratação, a CONTRATADA estará sujeita às seguintes sanções no caso de correções e refazimento dos serviços:

Sem devolução para correção	Mais de 03 devoluções para correção	Mais de 05 devoluções para correção	Mais de 10 devoluções para correção
0%	5% de desconto sobre a medição	10% de desconto sobre a medição	20% de desconto sobre a medição

10.7.3.3 - As glosas ora indicadas não incidirão na hipótese de os pedidos de correção e adequação dos serviços prestados pela CONTRATADA decorrerem de mudança de escopo ou do projeto inicialmente pactuado na reunião inicial e solicitação na Ordem de Serviço Eletrônica.

10.7.3 - As sanções previstas nos subitens 10.7.1 e 10.7.2 são cumuláveis.

10.8 - FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DE FORNECEDOR

10.8.1 - Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O prestador de serviços será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do **critério de aceitabilidade de MENOR PREÇO UNITÁRIO**.

Quanto à execução do presente Contrato, este será pelo **regime de execução indireta de empreitada por preço unitário**, conforme mencionado no item 2.6.

10.8.2 - Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

10.8.2.1 - Qualificação Econômico-Financeira

10.6.2.1.1 - Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

10.6.2.1.2 - Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), conforme metodologia a ser detalhada no Edital, e conforme já praticado em outros editais no Município;

10.6.2.1.3 - Capital social ou patrimônio líquido mínimo, no percentual de 10% do valor estimado da contratação, nos moldes do art. 69, § 4º da Lei nº 14.133/2021;

10.8.2.2 - Qualificação Técnica

10.6.2.2.1 - O(s) proponente(s) deverá(ão) demonstrar(em) a capacidade técnico-profissional e a capacidade técnico-operacional.

10.6.2.2.2 - Indicação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes.

a) Apresentar o Registro do profissional indicado no conselho competente;

b) Apresentar atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes àquele a ser contratado, ou seja: **execução de calçada/passeio em concreto armado**.

c) Os profissionais indicados pelo licitante deverão participar do serviço objeto da licitação, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

10.8.2.2.3 - Apresentar certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho competente, que demonstrem capacidade operacional na execução serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto dessa licitação, que corresponda a **20% do total a ser executado**, ou seja: **1.887,90 m² de execução de calçadas/passeio em concreto armado**.

a) A definição do percentual aqui exigido se dá por necessária a demonstrar a capacidade técnico-operacional do futuro prestador de serviços (Acórdão nº 3.070/2013, Plenário, TCU). É indispensável à garantia do futuro cumprimento da obrigação a ser assumida (Acórdão nº 534/2016 - Plenário, o Tribunal de Contas da União). Encontra-se dentro dos parâmetros previstos no art. 67, § 2º da Lei nº 14.133/2021 (quantidades mínimas de até 50%). Demonstrando-se como razoável, a garantir a futura prestação de serviços e não prejudicar a competitividade futura do certame. Está dentro dos percentuais de Editais similares da Administração Pública Municipal;

b) Será permitido o somatório de atestados para fins de atendimento do quantitativo exigido.

c) O(s) atestado(s) de capacidade técnica poderão serem apresentados em nome da matriz ou da filial do(s) proponente(s).

10.8.2.2.4 - Registro ou Inscrição da Pessoa Jurídica na entidade profissional competente.

10.8.2.2.5 - O(s) proponente(s) disponibilizará(ão) todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.8.2.2.6 - Apresentação de Declaração por parte do(s) proponente(s) informando que estes dispõe de todos os equipamentos, pessoal técnico e operacional necessários ao atendimento do objeto da presente contratação, garantindo ainda que não haverá qualquer tipo de paralisação dos serviços por falta de equipamentos, materiais ou de mão de obra;

10.8.2.2.7 - **Caso a proposta do proponente seja inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor para o item orçado pela Administração, deverá ser apresentada garantia adicional do licitante vencedor, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta**, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei. (art. 59, § 5º da Lei nº 14.133/2021)

10.8.2.2.8 - Demais critérios conforme já praticados pela Administração Pública municipal em Editais.

10.8.3 - Do consórcio

Não se vislumbra impedidos a participação em consórcio para a presente contratação, observados os requisitos legais e regras previstas no Edital.

10.9 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.9.1 - Para a presente contratação, há como valor estimado a importância de **R\$ 3.051.412,77**, conforme disposto no Estudo Técnico Preliminar que compõe o presente processo de Requisição de Compras.

10.9.2 - Quanto aos parâmetro(s) para o cálculo do valor estimado da contratação, que estarão de acordo com o previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e **art. 67 da Instrução Normativa nº 03/2024** da Secretaria de Administração e Planejamento, sendo que a estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos farão parte (em documento próprio) do processo de Requisição de Compras.

10.10 - ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.10.1 - Os valores para a presente contratação estão em conformidade com a previsão orçamentária desta Secretaria;

10.10.2 - Estão previstos recursos orçamentários para a presente contratação, que estão discriminados junto ao documento "Requisição de Compras";

10.10.3 - A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento;

10.10.4 - As despesas para a presente contratação estão previstas no plano plurianual.

10.11 - DA ASSINATURA ELETRÔNICA

10.11.1 - Considerando que a assinatura dos instrumentos contratuais são realizados eletronicamente, mediante login e senha, deverão o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) providenciar(em) a sua assinatura eletrônica, de acordo com Instrução Normativa nº 183/2023, regulamentada pelo Decreto Municipal nº 56.185/2023;

10.11.1.1 - O(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) interessado(s) em participar do certame licitatório poderá(ão) providenciar seu cadastro, com autenticação de conta através do login único "gov.br" para liberação da assinatura eletrônica, de acordo com o que estabelece a carta de serviços disponível no seguinte link: <https://www.joinville.sc.gov.br/servicos/acessar-portal-de-autosservico/>

10.11.2 - Após declarado o(s) vencedor(es), o(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s) deverá(ão) estar com o seu usuário externo certificado para efetuar a assinatura eletrônica, nos termos do Decreto nº 56.185/2023, sob pena de decair do direito de assinar o Contrato e/ou eventuais alterações, sem prejuízo das sanções previstas no Edital ou documento equivalente;

10.11.2.1 - É de responsabilidade exclusiva do(s) representante(s) legal(is) do(s) proponente(s)/interessado(s) a criação de seu cadastro com autenticação de conta através do login único "gov.br"; para liberação da assinatura eletrônica.



Documento assinado eletronicamente por **Erico Rafael da Silva, Servidor(a) Público(a)**, em 16/05/2025, às 09:23, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Diego Calegari Feldhaus, Secretário (a)**, em 16/05/2025, às 13:01, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



Documento assinado eletronicamente por **Ademar Stringari Junior, Gerente**, em 20/05/2025, às 09:15, conforme a Medida Provisória nº 2.200-2, de 24/08/2001, Decreto Federal nº 8.539, de 08/10/2015 e o Decreto Municipal nº 21.863, de 30/01/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://portalsei.joinville.sc.gov.br/> informando o código verificador **25452709** e o código CRC **7CE73A18**.